



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

---

**1ª Câmara Cível**

**Agravo nº 0279026-5/01**

**Agravante: Severino Lacerda de Melo**

**Agravado: Carmem Dolores Salgado**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO PROVIDA. SENTENÇA NÃO SE MANIFESTA SOBRE ALEGADA CONEXÃO ENTRE FEITOS. DECISÃO ANULADA COM O FIM DE SE EVITAR SUPRESSÃO DE GRAU DE JURISDIÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. Como a questão atinente à conexão não foi enfrentada pelo Juízo de primeiro grau, imperiosa se faz a desconstituição da sentença, pois que tal omissão não pode ser suprida em segunda instância, já que implicaria supressão de instância.
2. O §4º do art. 301 do CPC dispõe que o Magistrado deverá conhecer de ofício de eventual conexão entre ações não havendo que se falar em preclusão para o Recorrido por não ter sido alegada em sede de preliminar de contestação, inteligência do art. 303, II do referido codex.
3. Recurso improvido por maioria de votos.

**ACÓRDÃO** – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 12 de março de 2013, por maioria de votos, negar provimento ao recurso de agravo, na forma do voto do relator.

Recife, 26 de março de 2013 (data da lavratura).

  
**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
**Relator**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

---

1ª Câmara Cível  
Agravado nº 0279026-5/01  
Agravante: Severino Lacerda de Melo  
Agravado: Carmem Dolores Salgado  
Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

---

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de Agravado Regimento com o fito de alterar a decisão terminativa proferida por esta Relatoria, que deu provimento ao recurso de apelação manejado pelo Agravado para desconstituir a sentença proferida pelo Magistrado de Primeiro Grau para que este fale sobre a conexão entre a presente ação e a ação anulatória nº 00658-08.2009.8.17.0730.

O Agravante em seu recurso alega, em suma, que a sentença atacada não é citra petita, posto que em momento algum antes da prolação do decisum a Recorrida arguiu tal matéria, ônus que segundo o art. 301 do CPC lhe caberia, não sendo possível ao Magistrado conhecer a matéria de conexão de ofício.

Vindo-me em seguida os autos conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal passo à análise do recurso.

Adianto que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada, mantenho, assim, os fundamentos da decisão monocrática proferida:

*“Compulsando os autos, verifica-se que o d. Juízo a quo, mesmo ciente do trâmite de ação que visa desconstituir o título que legitimaria o direito do Recorrido na presente lide, em sua sentença deixou de enfrentar a matéria da conexão.*

*Diante de tal fato, tem-se que o Apelante apresentou embargos declaratórios, fls. 201/212, com o fim de sanar tal vício e ver suprida tal omissão, ocorre que tais embargos não foram acolhidos perpetuando assim a lacuna no decisum proferido.*



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

---

Como sabido, o artigo 128, CPC, obriga o julgador a decidir a lide nos termos em que foi proposta, o que vem repetido no artigo 460 do mesmo diploma legal. Nestas circunstâncias, a sentença, deixando de apreciar questão que lhe foi submetida, mostrou-se “*citra petita*” e, como tal, padece de vício configurador de invalidade processual.

Como a questão atinente à conexão não foi enfrentada pelo Juízo de primeiro grau, imperiosa se faz a desconstituição da sentença, mesmo que de ofício, pois que tal omissão não pode ser suprida em segunda instância, já que implicaria supressão de um grau de jurisdição.

Nesse sentido, são os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JULGAMENTO CITRA PETITA. OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 128 E 460 DO CPC.

1. O mandado de segurança contém, em apertada síntese, as seguintes teses: (1) não há vício no Decreto Estadual 18.510/98; (2) por força do disposto no art. 54 da Lei Estadual 2.794/2003, c/c o art. 54 da Lei 9.784/99, a anulação do Decreto Estadual 18.510/98 era obstada pelo instituto da decadência; (3) o benefício fiscal referente ao ressarcimento do ICMS foi concedido por prazo certo (até 2013), motivo pelo qual não poderia ser revogado; (4) o Decreto Estadual 26.012/2006, que anulou o ato que concedeu o benefício, não pode produzir efeitos retroativos. A ordem foi concedida para afastar os efeitos retroativos do Decreto Estadual 26.012/2006.

2. As teses (1) e (2) foram tidas por irrelevantes pelo Tribunal de origem, que se negou a apreciá-las. Contudo, constata-se que o exame de tais teses mostra-se imprescindível para o exame da presente controvérsia. Nesse contexto, fica caracterizada a ofensa aos arts. 128 e 460 do CPC, pois proferido julgamento *citra petita*.

3. Assim, reconhecida a violação dos arts. 128 e 460 do CPC, impõe-se a anulação dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de origem, bem como a devolução destes autos, para que a lide seja apreciada nos limites em que foi proposta. 4. Recurso ordinário provido.

(RMS 27.070/AM, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/03/2009, DJe 27/04/2009)

PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE NULIDADE PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 282/STF. SENTENÇA CITRA PETITA. POSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO. PRECEDENTE. NÃO-COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. As questões referentes à violação dos arts. 2º, 128, 245, 460 e 535, todos do Código de Processo Civil, não foram debatidas no acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos declaratórios para o devido suprimento da matéria. Incidência da Súmula 282 do STF.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

---

2. O entendimento consolidado nesta Corte de Justiça é firme no sentido de que, em caso de sentença citra petita, o Tribunal, de ofício, pode anulá-la, determinando que uma outra seja proferida.

3. A ausência do acórdão paradigma, que sequer foi colacionado aos autos, inviabiliza o conhecimento do especial, da mesma forma que a ausência da realização do cotejo analítico, nos moldes determinados pelos arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ. Precedentes.

4. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 233.882/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 08/03/2007, DJ 26/03/2007, p. 292)

**AÇÃO MONITÓRIA. PRELIMINAR DE CONEXÃO NÃO EXAMINADA. SENTENÇA CITRA PETITA.**

Deixando, o juiz, de apreciar uma das questões apontadas pelas partes, é de ser desconstituída a sentença a fim de que reste proferido novo julgamento. Tal omissão não pode ser suprida pelo Tribunal, visto que implicaria supressão de um grau de jurisdição. Precedentes jurisprudenciais. Inteligência dos arts. 128 e 460, CPC. Apelação provida, de plano. (APC nº 70009607144, 17ª Câmara Cível, TJRS, Rel.: Jorge Luís Dall'Agnol, julgado em 01/09/2004)

**APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL.**

Não enfrentadas pelo julgo de origem as questões alegadas em preliminar de contestação (conexão entre demandas e ilegitimidade passiva), merece ser desconstituída de ofício a r. sentença a quo, a fim de sejam analisados estes pontos. DESCONSTITUÍRAM DE OFÍCIO A SENTENÇA, PREJUDICADO O EXAME DO APELO. UNÂNIME.

(Apelação Cível Nº 70037476181, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/08/2010)

Cumprê destacar, ainda, a aparente prejudicialidade entre a ação anulatória proposta pelo Recorrente, a qual visa desconstituir a transação realizada entre o Apelado e a Sra. Estela Maris Correia de Araujo, e a atual demanda, uma vez que o direito do Recorrido em reintegrar o imóvel ora em tela encontra-se fundado no mencionado acordo, o que fortalece ainda mais a necessidade do i. Magistrado a quo pronunciar-se a respeito do tema.

Portanto, tendo sido omissa a sentença quanto à alegação de conexão entre a presente demanda e a ação anulatória referida, levando-se em conta que o julgamento citra petita constitui nulidade em face de violação aos artigos 128 e 460, CPC, impõe-se a desconstituição da sentença, porquanto não exaurida a prestação jurisdicional, o que impede esta Relatoria de se manifestar sobre a questão não esgotada. A solução ora preconizada não pode ser outra, sob pena de afronta ao princípio do duplo grau de jurisdição."

12

38



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

---

Destaque-se, ainda, que o §4º do art. 301 do CPC dispõe que o Magistrado deverá conhecer de ofício de eventual conexão entre ações não havendo que se falar em preclusão para o Recorrido por não ter sido alegada em sede de preliminar de contestação, inteligência do art. 303, II do referido *codex*.

Destarte, não há motivo para a irresignação da Recorrente, mantendo-se, assim, a Decisão Monocrática proferida.

Sendo assim, do exposto se infere que não há razão para o inconformismo da Agravante. Neste sentido, voto pelo improvimento do presente Recurso, mantendo a decisão ora vergastada.

É como VOTO.

Recife, \_\_ de \_\_\_\_ de 2012.

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR:	<b>PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL</b>
TIPO:	<b>AGRAVO REGIMENTAL</b>
PROCESSO Nº:	<b>0279026-5/01</b>
AGRAVANTE:	<b>SEVERINO LACERDA DE MELO</b>
AGRAVADO:	<b>CARMEM DOLORES LOPES SALGADO</b>
DESEMBARGADOR:	<b>ITABIRA DE BRITO FILHO</b>

**VOTO DE VISTA**

---

Agravo Regimental interposto com o fito de alterar a decisão terminativa proferida pelo Eminentíssimo Relator, o qual deu provimento ao recurso de apelação manejado pelo agravado, desconstituindo a sentença do Juízo de Planície, para que fale o mesmo sobre eventual conexão entre a presente ação e outra, Anulatória de n. 00658-08.2009.8.17.0730.

Baseia-se o *Decisum* da Relatoria, que o magistrado de Primeiro Grau mesmo ciente do trâmite de ação que visa desconstituir o título que legitimaria o direito do Recorrido na presente lide, em sua sentença deixou de enfrentar a matéria da conexão.

Reforça o seu entendimento, no sentido de que nem mesmo os Embargos de Declaração opostos com o fim de sanar o vício e suprir a omissão foram acolhidos. Dessa forma, realça que perpetuou-se a lacuna na decisão proferida.

O eminente Relator entende que à exegese do art. 128 do CPC, estaria o julgador obrigado a decidir a lide nos termos em que foi proposta. Emenda ainda, que não sendo apreciada como devia, mostrou-se "*citra petita*", e como tal padece de vício configurador de invalidade processual.

Dessa forma o seu articulado depreende que como a conexão não foi enfrentada pelo juízo de Plano, imperiosa se faz a desconstituição da sentença, ainda que de ofício, eis que tal omissão não pode ser suprida na Segunda Instância, em virtude de manifesta supressão de um grau de jurisdição.

Por fim vota pelo Improvimento do Recurso.

Ao correr dos olhos, verifico nos autos não existir qualquer preliminar na contestação apresentada, porquanto não poderia o Juiz de Piso adentrar à matéria. Diante do fato, não há, no meu entendimento, o que se falar em julgamento "*citra petita*" à falta do regular pedido. O pleito não fora formulado e nem fundamentado em tempo hábil, mas apenas após a sentença.

Obedecendo as disposições do art. 128 do CPC, aquele juiz singular julgou a demanda nos limites em que foi proposta, não gerando qualquer nulidade.

Houvesse exceção, no caso de matéria conexa, situação eminentemente processual, seria apreciada ex-vi do art. 301 do CPC.

Não restaram violados os artigos 128 e 460 do CPC, não havendo manifesto confronto da sentença com a jurisprudência dominante do STJ ou de Tribunal Federal, pelo que não estaria o Relator autorizado a dar provimento, monocraticamente, utilizando-se do § 1º - A do art. 557 do CPC.

*St. Juizamento*



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

Repiso que somente após a sentença a demandada suscitou conexão entre o presente feito e a ação anulatória nº 658-08.2009.8.17.0730. Ocorre que o momento escolhido para levantar a hipótese em foco veio em inteiro destempo. Caso o réu verificasse a existência de conexão entre duas ações, deveria arguir essa matéria em sede de preliminar na contestação. Trata-se de defesa processual dilatória, pois não enseja a extinção do processo. Contudo, apenas após a sentença, veio o demandado alegar matéria nova, que não constava de qualquer objeto do litígio, nem foi submetida ao crivo do contraditório.

Ocorrendo o saneamento do processo (fls. 105), não caberia mais nenhuma espécie de aditamento de pedido. Tampouco pode a parte alegar vício de sentença por omissão de questão que não constava dos fundamentos da lide.

A ação anulatória desconstitutiva de sentença e os interditos possessórios não possuem identidade alguma. Na ação de reintegração de posse, o pedido imediato possui natureza executiva, sendo o mediato o de mera reintegração do bem litigioso. Por sua vez, a ação anulatória enseja provimento constitutivo negativo, voltando-se o pedido mediato para a declaração de vício determinado no acordo homologado judicialmente.

Partindo para a causa de pedir, no interdito possessório encontramos a legitimidade do proprietário-possuidor e a anulação do contrato na Ação Pauliana (próxima e remota, respectivamente). Já na Anulatória visualizamos, em essência, a suposta fraude e ilegitimidade das partes para dispor sobre a coisa. Ações de natureza distintas, com diferentes objetos, que apenas guardam semelhança no que atine às partes litigantes.

Contudo, não existe no ordenamento conexão pelas partes.

Isto posto, com as venias de estilo, **VOTO** pelo **PROVIMENTO** do presente recurso, para reformar o entendimento esposado pelo Eminent Relator, sendo mantido incólume o comando sentencial, em razão da não configuração da omissão ensejadora de decisão *citra* ou *infra petita*.

É COMO VOTO.

Recife,

**Des. Itabira de Brito Filho**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Voto por negar provimento ao recurso de agravo. Voto que está em discussão.

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Senhor Presidente, tenho o entendimento, talvez, um pouco diferente do de Vossa Excelência, com a devida vênia, razão pela qual peço vista dos autos.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Pois não. Então, vou juntar o meu voto para eventual conhecimento também pelo Desembargador Roberto Maia e anuncio o resultado.

---

**DECISÃO:**

"VISTAS AO EXMO. SR. DES. ITABIRA DE BRITO APÓS O VOTO DO EXMO. SR. DES. JOSUÉ DE SENA, RELATOR, NEGANDO PROVIMENTO AO AGRAVO".

---





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Antes de iniciar a discussão, coloco a seguinte situação jurídica.

A minha decisão, ela não enfrenta o mérito. Ela reconhece que o mérito, a discussão em si, a quem pertence o direito, porém eu detectei, na minha visão, um caso flagrante de conexão, uma vez que uma ação, que é, na verdade, ações contemporâneas perante o mesmo juízo, que julgou uma e a outra ficou sem julgamento.

Evidentemente, houve uma falha da parte em não alegar em contestação, como o eminente desembargador Itabira ressalta, porém eu vejo que os casos de conexão são reconhecidos *ex officio*, o juiz tem esse poder, e com essa visão de que teria que se concentrar o julgamento, decidindo uma causa e a outra que é conexa, eu entendi que caberia ao juízo responder a indagação feita pela parte em embargos declaratórios, se reunia ou não a ação e por que, em caso positivo ou negativo, o estava fazendo.

A minha visão é essa. Nós poderíamos até, adiantando o raciocínio, determinar a reunião de ofício, mas pode ser que haja algum motivo no primeiro grau que o juiz não declinou para ele não reunir.

Então, a minha visão é no sentido de o processo voltar à origem para que ele decida se é caso ou não de conexão e, se for, evidentemente, julgue os dois processos e encerre a questão de uma vez.

Agora, o que me chama a atenção é que o voto de Vossa Excelência teria que ser direcionado, com a devida vênias, para, se acolhida a sua proposição, o feito venha a ser destrancado para que se julgue o mérito, e aqui não houve, da minha parte, a apreciação do mérito, eu fui diretamente para a questão processual.

O mérito demanda uma investigação de quem tem razão nessas ações jurídicas.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Senhor Presidente, o que me chamou a atenção nesse processo foi o fato de que a agravada, senhora Carmem Dolores, salvo engano, é de em momento algum no processo nem na contestação nem em outra manifestação da agravada ela se referiu à conexão nesses processos, que seria a ação possessória e a anulatória, salvo engano.

Então, a partir do princípio em que a parte não invoca ou não cita essa conexão, até o julgamento final da demanda, apenas após esse julgamento, já em sede de embargos, é que questiona, então o meu entendimento que estaria precluso, o direito precluso não poderia mais questionar, inclusive aqui, em sede de segunda instância.

É esse o meu posicionamento, e evidentemente que eu respeito profundamente o de Vossa Excelência.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Na minha visão, a preclusão ocorreria quando o feito estivesse julgado em definitivo.

Tem uma súmula do STJ que diz que não se reúnem processos quando um deles está julgado, mas esse pendia ainda o recurso de Embargos, que não foi decidido pelo juiz a respeito.

Mas, voltando só àquele aspecto, se a sua tese for vencedora, eu sugiro que o voto seja no sentido de destrancar o feito para que prossiga o julgamento, já que não enfrentou o mérito. A minha decisão foi puramente de ordem processual.

Consulto o desembargador Roberto Maia.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Desembargador, não sei se o senhor tem condições de responder.

Há uma ação de reintegração, não é? A outra é uma anulatória. Anulatória de quê, especificamente, desembargador, sabe dizer?



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Ele faz uma venda de um imóvel.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

É anulatória do próprio negócio.

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Na verdade, desembargador, a agravada, salvo engano, Sra. Carmem Dolores, ela não tem qualquer título, posse efetiva sobre esse imóvel.

O meu entendimento é que ela está procrastinando para ficar. Na verdade, o agravante vendeu ou comprou (eu não estou com o processo) a uma terceira pessoa. Comprou e está reivindicando a posse para usufruir do imóvel.

Essa terceira pessoa, que é a Sra. Carmem Dolores, ela não tem nada a ver, ela apenas estava ocupando o imóvel, salvo engano, eu acredito que seja assim, e está usando dessa argumentação, inclusive eu gostaria de me posicionar. Quando se interpõe um embargo quanto à omissão, mas se não houve omissão? Como é que o juiz poderia se omitir sobre um fato que sequer foi ventilado no curso do processo que seria a conexão entre a anulatória e a possessória?

Então não há, ele não poderia jamais acatar esse posicionamento ou essa reivindicação se isso não foi ventilado no curso do processo.

Então, não há omissão, e em razão disso o juiz rejeitou os Embargos, aliás, com muita razão, no meu entendimento.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Entendi.

E ambas as ações foram julgadas?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Não, ainda não foram, só a reintegração.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Correm em comarcas... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Na mesma vara.

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Na mesma comarca.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Mesma comarca. Onde é?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

É em Ipojuca.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Mesma comarca. Entendi.

Eu acho, assim de plano, que não seria mais possível, a essas alturas, dar provimento a esses Embargos, primeiro como disse o eminente relator, não houve omissão porque, se não houve alegação de conexão, primeiro precisava saber se realmente existe conexão nessas duas ações.

Possivelmente sim, supostamente sim, porque embora as causas de pedir e o pedido sejam aí diversos, muitas vezes há uma questão de conexão por prejudicialidade, que parece ser o caso.

Então veja, ele não alegou, o juiz não tinha condições de reunir os processos, não é, para evitar decisões conflitantes.

Como é que depois de julgado, veja bem, volta-se o processo para o juiz, para o juiz dizer que é conexo depois que ele já encerrou a função dele no processo? Já julgou, não tem como ele dizer está conexo, era conexo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

O que pode acontecer é o processo ser nulo, se for o caso de uma violação de uma norma processual que trazer algum prejuízo às partes futuramente, mas no momento eu não vejo como o juiz acatar essa conexão, porque ele já julgou. Ele teria que anular a sentença dele, e veja... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Aparentemente, eu detectei que realmente há conexão. Acho que a própria parte não oferece argumentos sólidos contra isso.

Eu estava vendo:

“Cumprе destacar ainda a aparente prejudicialidade entre a ação formulatória proposta pelo recorrente, a qual visa desconstituir a transação realizada entre o apelado e a Sra. Estela Maris Correia de Araújo e a atual demanda, em que o direito do recorrido em reintegrar o imóvel em tela encontra-se fundado no mencionado acordo”.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Aparentemente, desembargador, tem conexão, sem dúvida, eu disse até, aqui por prejudicialidade. Tem conexão, tudo bem, mas só que o desembargador relator citou uma súmula que diz “o processo julgado acaba com a conexão”, porque veja, primeiro teria que saber quem é o juiz prevento. Quem é prevento, sabe, se foi esse que julgou, possivelmente ele, porque já julgou primeiro. Aí a alegação da conexão tinha que ser feita no processo de anulação, para que o juiz de lá remetesse para ele.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Me parece que esse processo foi remetido para ele.

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

O cerne da questão, desembargador... (interrompido)

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Eu gostaria de ver o processo.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

O processo? Se foi remetido, já houve a conexão.

Foi remetido e ele julgou isolado – é isso, é?

Não, aí já muda de figura, não é?

Acredito que não tenha havido essa remessa.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Vamos ver.

Eu tenho que analisar bem a fundo, mas o despacho em que ele nega a liminar de reintegração de posse, ele diz o seguinte:

“Não há provas documentais ou testemunhais a comprovar a posse alegada pelo autor, que por sua vez deixou de apresentar testemunhas. É de se presumir que o autor não se encontra na posse do imóvel há mais de oito anos, pois a ação que visava a anular o negócio jurídico da compra e venda foi intentada em 2001, como mostra a nomeação do processo correlato”.

Ele faz referência a uma ação anterior. Eu acredito que seja essa ação, que é uma ação de anulação.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Então a prevenção estava com a ação de anulação.

Tem que ver se a parte requereu a conexão, não é?

Agora, ele soube que tinha essa ação de anulação. Se ele soube, é porque talvez a parte denunciou nos autos.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Eu vejo que uma situação dessas é a mais de uma conveniência absoluta que se julgasse os dois feitos. Essa é a minha visão.

Agora, realmente, como o desembargador Itabira está dizendo, não foi alegada em contestação, porém o juiz tinha conhecimento.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Agora, desembargador, atente para um fato: se essa ação for julgada procedente, como de fato foi, não é?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Foi julgada.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

E a apelação? Foi provida?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

A apelação me foi distribuída e eu verifiquei essa situação processual, de tal forma que eu determinei a LOREI, justamente a discussão é essa.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Foi na apelação.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Foi na apelação.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Digamos que a apelação seja improvida e provida, e que a sentença de reintegração transite em julgado. Nada impede que posteriormente a ação de anulação daquele mesmo ato seja julgada procedente também, e aí desfaz, porque uma ação é petitoria, e a reintegração é possessória.

Se nessa ação anulatória ele comprovar que aquele título é nulo, automaticamente penso que não vai haver conflito aí, porque ele perde o, não sei, aí transitou em julgado. Mas a impressão que eu tenho é que não há, não vejo conflito em decisão aí, não. Deveriam ser julgadas juntas, mesmo.

Não se tem notícia da anulatória não, aí?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Não, a não ser quando dos embargos declaratórios, suscitando que havia necessidade de julgar os dois processos e o juiz ficou silente em relação a isso, não disse que sim, não disse que não, me deixou meio perplexo.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Mas, desembargador, então eu pergunto a Vossa Excelência: entendendo como Vossa Excelência, como o juiz ia proceder agora, nessas alturas, que ele já julgou?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Admitamos o seguinte, que... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Dar uma conexão posterior à sentença é complicado. A não ser que ele remetesse o processo para o juiz da anulatória, mas aí, veja, o juiz da anulatória ficaria obrigado a votar de acordo com a sentença.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)

Na verdade, o juízo é o mesmo.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Os processos correram separados no mesmo juízo?

---

DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)

Separados, no mesmo juízo. É essa a visão que eu tenho.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Ave Maria, coisa tão fácil, pensei que fosse outro juízo.

Mesmo juiz, é?

---

DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)

É.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Como é que esse cidadão não juntou os processos?

---

DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)

Eu achei realmente um tanto quanto, salvo se eu estiver equivocado.

Custaria pedir vista?

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Desembargador, eu estou convencido que não tem mais solução não, porque mesmo que a gente mande devolver, já julgou uma ação. Como é que ele vai fazer agora?

Automaticamente, para evitar decisões conflitantes, ele teria que julgar a anulação improcedente. Ele teria que julgar improcedente, ou então anular a sentença dele e proferir nova sentença nos dois processos.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

É por isso que eu vejo a necessidade de reunir os processos e julgar conjuntamente.

Pode ser que na ação de anulação haja substratos que influenciem diretamente nessa ação.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Eu tenho para mim, desembargador, a impressão que eu tenho é que o juiz não está obrigado, necessariamente, para evitar decisões conflitantes, ele deve julgar os processos simultaneamente. Deve. Nos casos de conexão e litispendência, não é?

Aí eu penso o seguinte: julgou procedente a ação de reintegração, julga procedente também a ação de anulação e o título que julgou, acho que aí realmente complica, porque um ano transitado em julgado, para tirar a posse do outro é difícil.

Então, desembargador, seria o caso de votar pela anulação da sentença, pelo fato de ele não ter observado a conexão.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

É esse o meu voto.

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

É assim?

---

DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)

É, eu anulo a sentença para que o processo volte.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Ah, Vossa Excelência está anulando a sentença?

---

DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)

Anulando a sentença, simplesmente. Não estou enfrentando o mérito da questão, estou simplesmente anulando para que ele retorne e julgue os dois processos, se for o caso.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Anule e julgue os dois.

Bom, nesse caso aí, eu acho que Vossa Excelência está com razão.

---

DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)

Eu confesso que não sei qual a melhor solução, mas eu estou vendo que uma situação dessa, não sei.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Eu não estava entendendo.

Bom, então, considerando que o voto de Vossa Excelência, então, é para anular a sentença.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Anular a sentença, voltando... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Quem apelou foi exatamente quem entrou com a anulação, não é?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Deixe ver como foi que eu votei.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Quer dizer que o juiz tinha conhecimento dessa outra ação, não é?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Na minha visão, sim.

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Eu faria uma pergunta ao eminente desembargador Roberto: Vossa Excelência, em vosso gabinete, tem aproximadamente mil e poucos processos, não sei exatamente, se Vossa Excelência teria obrigação de saber se um processo, um procedimento entre partes, teria conexão com outro, se Vossa Excelência tem mil e poucos processos.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Teria.

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Obrigação?

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Sabe por quê?

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Se não fosse aventado pela parte?

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Ah, vou lhe explicar. Porque ele, no despacho, ele se referiu à ação anulatória, então ele sabia. Se não tivesse esse detalhe, eu estaria com... (interrompido)

---

**DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO FILHO**

Sabia que guardava conexão entre um e outro.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

É, ele mesmo falou da ação, e mesmo assim afastou a conexão, não foi isso?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

É, ele julgou, deixou os processos seguindo sem e julgou um.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

E quando é que ele se refere a esse outro processo?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

No despacho em que ele denega a reintegração liminar de posse, porque a ação possessória tem aquela fase de reintegração. No final, julga procedente a ação. Ele pede a reintegração de posse e ele denega e faz referência a essa ação anulatória para demonstrar que ele não tinha a posse tão recente, a outra parte tinha a posse há não sei quanto tempo mais.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Não, mas eu sei, eu digo, em relação a esse despacho que ele nega a conexão, foi após a sentença?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Após a sentença, a parte embarga de declaração e faz referência à existência de outra ação, dessa ação.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Então, a primeira oportunidade que ele teve se saber do outro processo foi nesses embargos?

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Não, porque na liminar ele faz referência a essa ação.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Ah, já faz. Então ele tinha conhecimento antes da sentença.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Na minha visão, sim.

A minha decisão, eu estou dando provimento ao apelo para, no limite da fundamentação, desconstituir a sentença de modo a propiciar a análise completa das questões debatidas, em especial no que diz respeito à conexão.

Foi essa a minha decisão.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA**

Tendo em vista essa informação de Vossa Excelência, de que ele tinha conhecimento dessa outra ação, tanto que tem, na liminar ele se refere a ela,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

então eu, por entender que existe a conexão por prejudicialidade, eu voto no sentido de acompanhar o mesmo entendimento de Vossa Excelência, pedindo vênias ao eminente relator.

---

**DESEMBARGADOR JOSUÉ FONSECA DE SENA (PRESIDENTE E RELATOR)**

Também peço vênias ao eminente desembargador Itabira, que analisou com muito critério e expôs muito bem o seu ponto de vista.

Eu anuncio o resultado.

---

**DECISÃO**

**"POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO".**

---